

Diário do Legislativo de 14/06/2005

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PL

2º-Vice-Presidente: Deputado Rogério Correia - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Fábio Avelar - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PP

3º-Secretário: Deputado Elmiro Nascimento - PFL

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 3ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão Especial do IPSEMG, em 24/5/2005

Às 14h40min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Miguel Martini, Carlos Pimenta e Edson Rezende, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Miguel Martini, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Edson Rezende, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a ouvir os seguintes convidados: Srs. Jairo José Monteiro, Coordenador Regional do Ipsemg de Governador Valadares; Marluce Josefina de Fátima Lopes, Coordenadora Regional do Ipsemg de Juiz de Fora; Geralda Magela dos Reis Andrade Silva, Coordenadora Regional do Ipsemg de Paracatu; Maura Helena Barbosa, Coordenadora Regional do Ipsemg de Uberlândia; Elizabeth Braz da Silva, Coordenadora Regional do Ipsemg de Varginha e Ana Amélia Lagoeiro Fagundes, Coordenadora Regional do Ipsemg de Montes Claros. Também presente a Sra. Eni Hermont Antonino, Superintendente de Interiorização do Ipsemg. A Presidência concede a palavra ao Deputado Carlos Pimenta, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos: do Deputado Miguel Martini (3), em que solicita: seja realizada audiência pública desta comissão com o intuito de se ouvirem os seguintes convidados: Sra. Renata Paes de Vilhena, Secretária Adjunta da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, Sr. Mauro Lobo Martins Júnior, Presidente do Ipsemg, Sra. Eni Hermont Antonino, Superintendente de Interiorização do Ipsemg e Sr. Ciro Franco; a suspensão do prazo de funcionamento desta Comissão, a partir do dia 17 de junho, por quinze dias, para a elaboração de seu relatório final; e sejam informados a esta Comissão todos os valores de pensões pagas pelo Instituto que excedam a R\$ 4.000,00, registrando-se o voto contrário do Deputado Carlos Pimenta; do Deputado Edson Rezende (9), em que solicita: seja encaminhado ao Presidente do Ipsemg pedido de informações a respeito do número de servidores credenciados com remuneração "pró-labore" por serviços adicionais, com a especificação que menciona, nos anos de 2001 a 2005, registrando-se o voto contrário do Deputado Carlos Pimenta; seja encaminhado ao Presidente do Ipsemg pedido de informações a respeito do número de servidores da Autarquia, com as especificações que menciona, registrando-se o voto contrário do Deputado Carlos Pimenta; seja encaminhado ao Presidente do Ipsemg pedido de informações acerca dos Municípios que possuem dívidas com o Instituto, com as especificações que menciona, e seja evidenciada a situação atual relativa à dívida de cada um dos Municípios referidos; seja encaminhado ao Presidente do Ipsemg pedido de informações acerca do número de convênios existentes entre o Instituto e Municípios, com as especificações que menciona; seja encaminhado ao Presidente do Ipsemg pedido de informações a respeito do número de servidores sob contrato administrativo, existentes na Autarquia, com indicação das respectivas funções e remuneração, nos anos de 2001 a 2005; seja encaminhado ao Presidente do Ipsemg pedido de informações a respeito do número de atendimentos em saúde realizados pela Autarquia, por ano, divididos por especialidades, e entre os realizados pela rede própria, pela credenciada e por outros, nos exercícios de 1998 a 2004; seja encaminhado ao Presidente do Ipsemg pedido de informações a respeito do número de usuários atendidos em ações e serviços de saúde prestados pela Autarquia, por ano, divididos entre contribuintes e dependentes, e entre atendimentos realizados pela rede própria, pela credenciada e por outros, nos exercícios de 1998 a 2004; seja convidado a participar de reunião desta Comissão o Sr. Moisés Melo, Diretor-Presidente da Associação dos Contribuintes do Ipsemg, com a finalidade de debater o atual funcionamento e a organização do referido Instituto; seja encaminhado ao Presidente do Ipsemg

pedido de informações a respeito do número de estabelecimentos de serviço de saúde credenciados ou conveniados com a Autarquia, com sua indicação nominal e o respectivo montante de recursos a eles repassados, nos anos de 2001 a 2005; solicita, também, que sejam esclarecidos os critérios mediante os quais o Ipsemg firma convênios com os estabelecimentos indicados ou os credencia. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de junho de 2005.

Miguel Martini, Presidente - Edson Rezende.

ATA DA 8ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Constituição e Justiça NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 24/5/2005

Às 14h45min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Adelmo Carneiro Leão, Ermano Batista, Gustavo Corrêa e Sebastião Costa, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Gustavo Corrêa, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 2.317, 2.332, 2.333/2005 e Projeto de Lei Complementar nº 70/2005 (relator: Deputado Ermano Batista); 2.316/2005 (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva); 2.320, 2.322 e 2.329/2005 (relator: Deputado Gilberto Abramo); 2.319, 2.323 e 2.335/2005 (relator: Deputado Gustavo Corrêa); 2.326 e 2.331/2005 (relator: Deputado George Hilton); 2.318, 2.321, 2.324 e 2.330/2005 (relator: Deputado Sebastião Costa); 2.325, 2.327 e 2.334/2005 (relator: Deputado Adelmo Carneiro Leão). Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.497/2004 (relator: Deputado Gustavo Corrêa, em virtude de redistribuição); 1.844/2004 (relator: Deputado Adelmo Carneiro Leão). Neste momento, comparece no recinto o Deputado George Hilton. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade dos Projetos de Lei nºs 2.103/2005 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado George Hilton); 2.202 e 2.249/2005 ambos na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Ermano Batista); 2.213/2005 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Sebastião Costa). Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela antijuridicidade, ilegalidade e inconstitucionalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 2.239 e 2.258/2005 (relator: Deputado Ermano Batista). É aprovado requerimento que solicita seja convertido em diligência à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão o Projeto de Lei nº 2.305/2005 (relator: Deputado George Hilton). Na fase de discussão do parecer do relator, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que conclui pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade do Projeto de Lei nº 2.176/2005 no 1º turno, com a Emenda nº 1, o Presidente defere o pedido de vista do Deputado Adelmo Carneiro Leão. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. É aprovado requerimento que solicita seja convertido em diligência ao autor o Projeto de Lei nº 2.273/2005 (relator: Deputado Ermano Batista). Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade dos Projetos de Lei nºs 2.274, 2.304 e 2.310/2005 (relator: Deputado Gustavo Corrêa); 2.288 e 2.307/2005 (relator: Deputado George Hilton); 2.300/2005 com a Emenda nº 1 e 2.308/2005 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Adelmo Carneiro Leão, o primeiro, em virtude de redistribuição); 2.303/2005 (relator: Deputado Sebastião Costa - parecer lido pelo Deputado Gustavo Corrêa). Após discussão e votação, é aprovado o parecer que conclui pela antijuridicidade, ilegalidade e inconstitucionalidade do Projeto de Lei nº 2.299/2005 (relator: Deputado Ermano Batista). Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos que solicitam sejam convertidos em diligência ao autor o Projeto de Lei nº 2.297/2005 (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva) e ao DER o Projeto de Lei nº 2.298/2005 (relator: Deputado Gustavo Corrêa). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 31 de maio de 2005.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Gustavo Corrêa - Sebastião Costa - Ermano Batista.

ATA DA 10ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 19/6/2005

Às 14h36min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Lúcia Pacífico e os Deputados Chico Rafael e Antônio Júlio, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Dalmo Ribeiro Silva e Dilzon Melo. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Chico Rafael, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, as conseqüências da instituição do regime de substituição tributária para o setor de distribuição de medicamentos. Registra-se a presença dos Srs. Antônio Eduardo Macedo Soares de Paula Leite Júnior, Diretor da Superintendência de Legislação Tributária da Secretaria de Fazenda; João Batista da Costa, contador da Pharlab Indústria Farmacêutica Ltda.; João Casimiro Oliveira Andrade, representante da WM Farma Representações Ltda. e do Laboratório Neo Química Comércio e Indústria Ltda.; Dalmir Alves Andrade, Presidente da Adiprofar e Diretor Comercial da Genéricos e Similares União Ltda.; Juliano Cunha Vinhal, Diretor da Meditem Comércio e Representações Ltda. e Diretor de Relações Públicas da Adiprofar; Carlos Antônio Garcia Leão, representante do Sindicato das Indústrias de Produtos Farmacêuticos e Químicos para Fins Industriais no Estado de Minas Gerais - Sindusfarq -; e Benício Machado de Faria, farmacêutico-bioquímico e distribuidor de medicamentos, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Antônio Júlio, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos demais Deputados e convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convidados e demais participantes, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de junho de 2005.

Chico Rafael, Presidente - Lúcia Pacífico - Weliton Prado.

ATA DA 1ª REUNIÃO Ordinária da Comissão Especial das Estâncias Hidrominerais do Sul de Minas NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 2/6/2005

Às 10 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Gustavo Corrêa, Dalmo Ribeiro Silva, Laudelino Augusto e Leonídio Bouças (substituindo este ao Deputado Dilzon Melo, por indicação da Liderança do BPSP), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Gustavo Corrêa, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Dalmo Ribeiro Silva em que solicita: sejam ouvidos no âmbito desta Comissão, conforme programação, os órgãos e as entidades que menciona; realização de audiência pública nos Municípios de Caxambu e Jacutinga e audiência pública com Prefeitos e Secretários de Turismo

dos Municípios de Caxambu, Lambari, São Lourenço e Cambuquira, e com o Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, nesta Comissão; do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, com emenda do Deputado Laudelino Augusto, em que solicita sejam convidados permanentes desta Comissão os órgãos e entidades que menciona; e sejam solicitadas as informações que menciona às Prefeituras de Lambari, Caxambu, São Lourenço, Cambuquira, Passa Quatro e Conceição do Rio Verde; do Deputado Laudelino Augusto, em que solicita que esta Comissão participe das discussões nas Comissões que estarão realizando audiências públicas dentro do Projeto Mineiranças, promovido pela Alemg, sobre o Sul de Minas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de junho de 2005.

Dilzon Melo, Presidente - Dalmo Ribeiro Silva - Laudelino Augusto.

ORDENS DO DIA

Ordem do Dia DA 42ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura, EM 14/6/2005

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação do Requerimento nº 2.647/2004, do Deputado Sargento Rodrigues, em que solicita ao Procurador-Geral de Justiça do Estado informações sobre as providências adotadas com relação ao que ficou evidenciado no relatório final da CPI do Instituto de Previdência dos Servidores Militares - IPSM. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 2.663/2004, da Comissão de Fiscalização Financeira, em que solicita ao Secretário da Fazenda cópia do parecer que concluiu pela legitimidade da transação realizada entre o Estado e a Samarco Mineração S.A., conforme a Resolução nº 4/2003, de 19/12/2003. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 2.696/2004, do Deputado Dimas Fabiano, em que solicita ao Subsecretário de Esportes o envio de relatório contendo o nome dos Municípios beneficiados pelo programa "Segundo Tempo" e os critérios adotados para celebração de convênios. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 2.819/2004, do Deputado João Bittar, em que solicita à Cemig informações que justifiquem os constantes aumentos na tarifação praticados por esse órgão. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 2.826/2004, do Deputado André Quintão, em que solicita ao Presidente da Cemig informações sobre o acidente fatal ocorrido na Usina da Queimados, em Unai, no dia 9/4/2004. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 2.842/2004, do Deputado João Bittar, em que solicita ao Secretário da Fazenda esclarecimentos sobre a transformação em verba retida dos valores correspondentes ao pagamento de direitos adquiridos por servidores públicos na aposentadoria. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 2.874/2004, da Comissão do Trabalho, que solicita à direção da Prodemge informações sobre as providências tomadas quanto ao pagamento das verbas rescisórias de trabalhadores contratados pela CLT sem a realização de concurso público. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 2.230/2005, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 5/2004, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5/8/2004, à empresa Unocann Tubos e Conexões Ltda.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 2.231/2005, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 10/2004, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5/8/2004, à empresa Gol Transportes Aéreos S.A.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 2.232/2005, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 6/2004, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5/8/2004, à empresa Polyvin Plásticos e Derivados Ltda.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.046/2003, do Deputado Sebastião Helvécio, que dispõe sobre consulta odontológica com avaliação periodontal no acompanhamento pré-natal na rede pública em Minas Gerais. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.311/2005, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar de R\$ 22.000.000,00 ao Orçamento Fiscal do Estado em favor da Assembléia Legislativa do Estado. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 87/2003, do Deputado Alencar da Silveira Jr., que dispõe sobre direitos dos jurados no Estado. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 165/2003, do Deputado Djalma Diniz, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Buritizeiro o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 953/2003, do Deputado Luiz Fernando Faria, que altera a Lei nº 11.666, de 9/12/1994. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.089/2003, da Deputada Ana Maria Resende, que estabelece diretrizes para os programas de aleitamento materno e bancos de leite humano no Estado. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.501/2004, do Deputado Dinis Pinheiro, que autoriza doação de imóvel ao Município de Baldim. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.656/2004, do Governador do Estado, que autoriza a Fundação Rural Mineira - Ruralminas - a doar imóvel de sua propriedade, localizado no Município de Januária. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.743/2004, do Governador do Estado, que dispõe sobre o Fundo de Assistência ao Turismo - Fastur - de que trata a Lei nº 11.520, de 13/7/94 e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.840/2004, do Governador do Estado, que autoriza o cancelamento parcial da cláusula de reversão prevista na Lei nº 682, de 16/9/1916. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.178/2005, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 12.836, de 21/5/98, que autoriza o Poder Executivo a realizar operação de crédito com o Banco do Nordeste do Brasil S.A., para o fim que menciona. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.271/2003, do Deputado João Bittar, que cria o Cadastro Único de Organizações Não Governamentais e sem Fins Lucrativos no Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, e com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.541/2004, do Deputado Laudelino Augusto, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Centro Profissionalizante Tricordiano - Cepete - com sede no Município de Três Corações, o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.842/2004, do Deputado Leonardo Quintão, que estabelece a regulamentação do serviço de transporte individual de passageiros por meio de táxi especial na Região Metropolitana de Belo Horizonte. As Comissões de Justiça e de Transporte perderam prazo para emitir parecer. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.861/2004, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Bom Sucesso o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.082/2005, do Governador do Estado, que altera a redação do art. 9º da Lei nº 14.699, de 6/8/2003, no tocante à dispensa de precatório para pagamento, pelo Estado, de obrigações de pequeno valor. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 10ª reunião ordinária da comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 14/6/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 4.910, 4.911, 4.912/2005, do Deputado Leonídio Bouças; 4.920/2005, da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte; 4.923/2005, da Comissão de Direitos Humanos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 8ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 14/6/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.858/2004, da Deputada Maria Tereza Lara; 1.956/2004, do Deputado Leonardo Moreira; 2.172/2005, do Deputado Gustavo Valadares.

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.259/2005, do Deputado Jayro Lessa.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 4.645 e 4.646/2005, do Deputado Sebastião Helvécio; 4.731, 4.887 e 4.890/2005, do Deputado Doutor Viana; 4.752, 4.769 a 4.772/2005, do Deputado Gil Pereira; 4.791 a 4.793/2005, da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização; 4.839, 4.879 e 4.880/2005, da Deputada Ana Maria Resende.

Finalidade: debater a realidade e as perspectivas para a malha viária no Sul de Minas, a requerimento do Deputado Laudelino Augusto.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 8ª reunião ordinária da comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 14/6/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 769/2003, do Deputado Irani Barbosa; 2.055/2005, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 2.189/2005, do Deputado Antônio Genaro; 2.198/2005, do Deputado Zé Maia; 2.205/2005, do Deputado Mauri Torres; 2.208/2005, do Deputado João Leite; 2.251/2005, do Deputado Márcio Passos; 2.262/2005, do Deputado Antônio Júlio; 2.271 e 2.272/2005, do Deputado Alberto Pinto Coelho; 2.274/2005, do Deputado Adelmo Carneiro Leão; 2.293/2005, do Deputado Chico Rafael; 2.303/2005, da Deputada Vanessa Lucas; 2.307/2005, do Deputado Paulo Piau.

Requerimentos nºs 4.768 e 4.889/2005, do Deputado Doutor Viana; 4.858/2005, da Comissão de Direitos Humanos; 4.866/2005, do Deputado Doutor Ronaldo; e 4.881/2005, da Deputada Ana Maria Resende.

Finalidade: audiência pública para debater a situação dos carvoeiros e dos donos de carvoarias da região do Serro e cidades vizinhas.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 11ª reunião ordinária da comissão de Constituição e Justiça Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 14/6/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.986/2004, do Deputado Gilberto Abramo; 1.992/2004, do Governador do Estado; 2.015/2004 e 2.093/2005, do Deputado Doutor Viana; 2.180/2005, do Deputado Biel Rocha; 2.329/2005, do Governador do Estado; 2.342/2005, do Deputado Paulo Piau; 2.348/2005, do Deputado Ivair Nogueira; 2.349/2005, do Deputado Jésus Lima; Projeto de Resolução nº 2.309/2005, da Deputada Elisa Costa.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.106/2005, do Deputado Ricardo Duarte; 2.343/2005, do Deputado Edson Rezende; 2.350/2005, do

Deputado João Leite; 2.351/2005, do Deputado José Henrique; 2.355/2005, da Deputada Vanessa Lucas.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 9ª reunião ordinária da comissão de Direitos Humanos Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9 horas do dia 15/6/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir vítimas e testemunhas de supostas práticas delituosas cometidas por parte de policiais militares do Município de Joaíma.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 9ª reunião ordinária da comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9 horas do dia 16/6/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: debater a realidade e as perspectivas da educação no Sul de Minas.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 20 horas do dia 14/6/2005, destinada a leitura e aprovação da ata da reunião anterior, e, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; 2ª Fase, à apreciação dos Projetos de Resolução nºs 2.230/2005, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 5/2004, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5/8/2004, à empresa Unocann Tubos e Conexões Ltda; 2.231/2005, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 10/2004, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5/8/2004, à empresa Gol Transportes Aéreos S.A.; e 2.232/2005, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 6/2004, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5/8/2004, à empresa Polyvin Plásticos e Derivados Ltda; e dos Projetos de Lei nºs 87/2003, do Deputado Alencar da Silveira Jr., que dispõe sobre direitos dos jurados; 165/2003, do Deputado Djalma Diniz, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Buritizeiro o imóvel que especifica; 953/2003, do Deputado Luiz Fernando Faria, que altera a Lei nº 11.666, de 9/12/1994; 1.046/2003, do Deputado Sebastião Helvécio, que dispõe sobre consulta odontológica com avaliação periodontal no acompanhamento pré-natal na rede pública em Minas Gerais; 1.089/2003, da Deputada Ana Maria Resende, que estabelece diretrizes para os programas de aleitamento materno e bancos de leite humano no Estado; 1.271/2003, do Deputado João Bittar, que cria o Cadastro Único de Organizações Não Governamentais e sem Fins Lucrativos no Estado de Minas Gerais; 1.501/2004, do Deputado Dinis Pinheiro, que autoriza doação de imóvel ao Município de Baldim; 1.541/2004, do Deputado Laudelino Augusto, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Centro Profissionalizante Tricordiano - Cepete -, com sede no Município de Três Corações, o imóvel que especifica; 1.656/2004, do Governador do Estado, que autoriza a Fundação Rural Mineira - Ruralminas - a doar imóvel de sua propriedade, localizado no Município de Januária; 1.743/2004, do Governador do Estado, que dispõe sobre o Fundo de Assistência ao Turismo - Fastur - de que trata a Lei nº 11.520, de 13/7/94 e dá outras providências; 1.840/2004, do Governador do Estado, que autoriza o cancelamento parcial da cláusula de reversão prevista na Lei nº 682, de 16/9/1916; 1.842/2004, do Deputado Leonardo Quintão, que estabelece a regulamentação do serviço de transporte individual de passageiros por meio de táxi especial na Região Metropolitana de Belo Horizonte; 1.861/2004, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Bom Sucesso imóvel que especifica; 2.082/2005, do Governador do Estado, que altera a redação do art. 9º da Lei nº 14.699, de 6/8/2003; 2.178/2005, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 12.836, de 21/5/98, que autoriza o Poder Executivo a realizar operação de crédito com o Banco do Nordeste do Brasil S.A., para o fim que menciona; e 2.311/2005, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar de R\$ 22.000.000,00 ao Orçamento Fiscal do Estado em favor da Assembléia Legislativa do Estado; e a discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 13 de junho de 2005.

Mauri Torres, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial do Ipsemg

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Ivair Nogueira, Carlos Pimenta, Edson Rezende e Roberto Ramos, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 14/6/2005, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de ouvir os seguintes convidados: Sra. Renata Paes de Vilhena, Secretária Adjunta da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão; Mauro Lobo Martins Junior, Presidente do Ipsemg; Roberto Porto Fonseca, Diretor de Saúde do Ipsemg, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 10 de junho de 2005.

Miguel Martini, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 88/2005

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Zé Maia, Adelmo Carneiro Leão, Roberto Ramos e Sávio Souza Cruz, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 15/6/2005, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 88/2005, do Governador do Estado, e discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 13 de junho de 2005.

Sebastião Helvécio, Presidente.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

40ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 8/6/2005

A Deputada Lúcia Pacífico - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, subo a esta tribuna para dizer aos meus nobres colegas que, desde ontem, me desvinculei do meu partido, o PTB.

Estou emocionada, o que acontece sempre que temos que tomar uma decisão. Agradeço a todos os meus colegas do PTB o carinho, a amizade e o companheirismo a mim dedicados.

Minha atitude se deve a uma razão pessoal. Estão chegando as palavras que escrevi, o que tornará minha fala mais fácil. Dizem que a mulher se emociona mais, e tenho a certeza disso. Como dizia minha mãe, tenho um brejo na testa.

As razões que me levaram a tomar essa decisão são de foro íntimo e relacionadas com a maneira ética e transparente como escolhi viver minha vida e exercer o meu trabalho.

Agradeço, mais uma vez, de coração, aos colegas da Bancada do PTB: a meu Líder, Dilzon Melo, ao Líder Arlen Santiago, ao Fábio, ao Leonídio Bouças e ao Irani a acolhida carinhosa, o respeito, o apoio e a consideração.

Espero continuar contando com o apoio que sempre mereci dos nobres colegas e reafirmo aos senhores e às senhoras o compromisso de sempre estar com as causas que favoreçam o pleno desenvolvimento da nossa população e com as iniciativas do governo de Minas na direção da melhoria da qualidade de vida de todos os mineiros.

Agradeço a todos os telespectadores e à imprensa aqui presente.

O Deputado Dilzon Melo (em aparte)* - Prezada companheira Lúcia Pacífico, nós, membros do PTB - o Deputado Arlen Santiago, Líder do partido, e os companheiros Agostinho Patrús, Irani Barbosa e Leonídio Bouças -, entendemos perfeitamente sua atitude e queremos deixar aqui pública a satisfação de tê-la como companheira no PTB.

Ontem, V. Exa. nos avisou da atitude que iria tomar. Fiz algumas ponderações, mas V. Exa. justificou que seus motivos eram muito mais de foro íntimo. Havia cobranças de sua base de sustentação. É fundamental o trabalho que as donas de casa fazem em Belo Horizonte e em todo o Estado. Certamente isso se deve às atitudes transparentes que V. Exa. sempre tomou em sua vida e à defesa de causas que realmente têm que ser transparentes e abertas.

Após algumas reflexões, V. Exa. disse que preferia sair. Todos nós que vivemos de votos e da interpretação de nossos eleitores temos causas diferenciadas para entrar nos partidos e deles sair.

Deputada Lúcia Pacífico, grande líder não só das donas de casa de Belo Horizonte, como também desta Casa Legislativa, embora eu tenha feito algumas ponderações precipitadas, sua atitude tem de ser entendida por todos nós. O Presidente do nosso partido, Roberto Jefferson, está em toda a imprensa, mas, mesmo se forem confirmadas as suspeitas existentes, isso não nos atingirá. V. Exa. ajudou a engrandecer o partido e disputou a eleição pelo PTB, daí a razão de termos sete Deputados na Casa. Nada disso nos iria influenciar, pois nossos companheiros sabem avaliar cada um de nós não só pela convivência diária, mas também por nossos atos. Certamente esses respingos lançados em Brasília não são prerrogativa apenas de Roberto Jefferson, que está a denunciar atitudes dos mais diversos segmentos. Isso não mancha a honra dos que militam no PTB.

Conversávamos há pouco com o nosso Líder, Arlen Santiago. Mesmo a imprensa lhe concedendo todo o espaço do mundo há uma semana, nenhum outro companheiro do PTB foi enlameado por essa chuva de denúncias de corrupção. E eles são muitos em Minas Gerais, presentes em quase 800 municípios. Na Assembléia Legislativa, há 7 companheiros, e, na Câmara Federal, 54. E todo esse enxovalhado de denúncias ainda não atingiu outro companheiro, senão o Presidente do partido.

Isso causa diversas interpretações. Não nos cabe fazer prosopopéias nesse sentido, porque feriríamos frontalmente o comandante do Palácio do Planalto. Certamente, o que está havendo tem endereço certo. Estamos realizando um esforço hercúleo na Assembléia de Minas, para mostrarmos ao Brasil que, apesar do que está havendo, há uma ponderação imensa e uma reflexão de todos os Deputados. Uma prova disso é o fato de, ontem e hoje, ninguém ter tomado a tribuna de assalto para apresentar denúncias. Entendemos que o mais importante seria darmos condições de governabilidade. Isso é o que o Governador Aécio Neves tem pedido a todo o momento. Em vez de denunciarmos, temos de trabalhar e mostrar que o caminho é o trabalho, a união e a força.

Prezada companheira Deputada Lúcia Pacífico, não sei para qual partido irá e qual caminho seguirá, mas, seja qual for o partido escolhido, certamente, se engrandecerá com a sua filiação, pois essa foi a sua conduta no PTB, e assim será a de nós outros que permanecemos no partido, irretocável. Se alguém tiver alguma denúncia, que a apresente, porque todos nós pregamos a transparência, como o Governador Aécio Neves.

Esperamos que seja feliz e que continue o seu trabalho à frente do Movimento das Donas de Casa, como excelente parlamentar e assídua freqüentadora das comissões desta Casa, colaborando com leis imprescindíveis ao bom andamento do Estado.

Esperamos que seja feliz onde estiver. Sentiremos saudades, mas você nos deixou muitas lições de comportamento, de idoneidade, de transparência e de honestidade. Com elas, continuaremos seguindo em frente.

Pedi a palavra para lhe dizer que, talvez, não seja a hora de sair do PTB, porque as apurações ainda serão realizadas. Talvez o caminho seja outro! Sabemos que os Deputados Federais já se reuniram por diversas vezes, pedindo até que o nosso Presidente se ausentasse do cargo, para que se proceda à apuração com isenção de ânimo. Estamos trabalhando para que não sejamos maculados por nenhuma pecha. Não aceitaremos que isso aconteça em Minas Gerais, como nunca aconteceu.

Seja feliz. Todos os componentes do PTB continuarão sendo seus amigos, pois, acima do partido, estamos irmanados pelo projeto maior, que é o de Minas Gerais. Muito obrigado.

A Deputada Lúcia Pacífico - Muito obrigada, Deputado Dilzon Melo. V. Exa. sabe muito bem do carinho e da amizade que tenho por cada um de vocês. Tive o cuidado de não citar nenhum fato que tenha acontecido, mas me senti desconfortável, pois procuro agir pelo coração.

Estou sem partido até o último dia que puder. Portanto, neste momento, sou uma parlamentar independente. Refletirei, para que faça uma escolha bem-feita. Que o Espírito Santo me ilumine!

O Deputado Domingos Sávio (em aparte) - Temos uma missão junto àqueles que nos trouxeram a esta Casa. Toda vez que devemos tomar uma decisão como essa, sabemos que se trata de um momento difícil. Iniciei minha vida pública na fundação do PSDB, partido em que permaneço, felizmente, até hoje.

Diante das mudanças do cenário político, é compreensível que decisões como a sua sejam necessárias. Neste momento, não cabe uma análise mais profunda. Registro a minha mais profunda admiração e respeito por sua história de vida pública. Estou convicto de que V.Exa. continuará prestando um grande serviço ao povo mineiro. Certamente, todos os partidos que aqui têm assento se sentiriam muito honrados, inclusive o PSDB, de tê-la em seus quadros.

É justo que V.Exa. reflita, até porque sai de um partido que tem uma história brilhante, embora o momento atual seja de turbulências e dificuldades. Em Minas Gerais, V.Exa. o honrou com muita dignidade, e somos testemunhas de sua atuação. Acompanho, de perto e com admiração, seu trabalho. Vejo, ainda, sua liderança na defesa do consumidor, como dona de casa e mãe de família, ou seja, mulher referência para todos os mineiros e mineiras. Parabéns, que o Divino Espírito Santo, padroeiro da minha Divinópolis e de todos nós, a ilumine! Os braços do PSDB estão abertos, porque V. Exa. dignifica a vida parlamentar.

A Deputada Lúcia Pacífico - Obrigada. Agradeço suas elogiosas palavras. Sinto-me sensibilizada, pois não sei se mereço tudo isso. Procuro, realmente, buscar o que defendo, minha verdade, com muito idealismo. Obrigada, Deputado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Doutor Ronaldo - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público presente, telespectadores - especialmente os de Sete Lagoas que ficaram quatro meses sem a nossa transmissão por problemas técnicos -, entrou em vigor, no dia 16/2/2005, o Protocolo de Kyoto, pacto assinado por diversos governos, em 1977, com o objetivo de reduzir a emissão de gases poluentes que causam o efeito estufa.

A redução, que se estima em 5,2% dos níveis de 1990, deve ocorrer entre 2008 e 2012. Mais de 100 países, entre os quais o Brasil, assinaram o Protocolo. O efeito estufa preocupa a todos e é provocado por gases que prendem calor na atmosfera terrestre. O principal deles é o dióxido de carbono, resultante, em sua maior parte, da queima de combustíveis fósseis. O Protocolo também abrange o metano, o óxido nítrico, os hidrofluorcarbonetos, os perfluorcarbonetos e os hexafluoretos de enxofre.

O pacto passou a ser compulsório para seus signatários, depois de ter cumprido duas condições: ratificação por, no mínimo, 55 países e apoio de países desenvolvidos, responsáveis por, pelo menos, 55% das emissões dos gases.

Segundo um acordo firmado em 2001, os países que não cumprirem as metas de emissão até 2012 deverão realizar os cortes previstos, mais um adicional de 30%, em um segundo período, a se iniciar em 2013. Os países mais desenvolvidos - 39 dos signatários - precisam atingir essas metas no período de 2008 a 2012. O Brasil não tem metas a cumprir, mas precisa reduzir os desmatamentos e as queimadas, que respondem por 70% das emissões de gases poluentes em nosso país. Mesmo não sendo índice significativo, se comparado aos países desenvolvidos, essa poluição deve ser controlada.

Paralelamente, precisamos adotar, cada vez mais, tecnologias limpas, e estamos dando bons exemplos com a progressiva substituição dos combustíveis fósseis. O álcool combustível é uma alternativa muito bem aceita e com ótimos resultados, a qual precisa ser mais incentivada e difundida. A adoção dos catalisadores pela indústria automobilística também vem somar providência aos esforços do Brasil no controle da emissão de gases.

Mas o nosso país poderá beneficiar-se muito com o chamado seqüestro de carbono. Em janeiro deste ano, a União Européia criou um mercado, por meio do qual cerca de 12 mil fábricas e usinas de energia recebem cotas de emissão de dióxido de carbono. Se ultrapassarem suas cotas, poderão adquirir cotas no mercado internacional ou pagar uma multa; se ficarem abaixo do número de cotas, poderão vender as não utilizadas. No mercado europeu, o preço da cota é aproximadamente de 7,2 euros por tonelada.

O Brasil tem grande potencial de seqüestro de carbono, com projetos na área florestal que propiciam a absorção do carbono pela vegetação por meio de fotossíntese. Há Estados brasileiros que mantêm ainda grandes áreas verdes e mata virgem. O Acre, por exemplo, tem 85% de mata virgem e pode gerar um número expressivo de créditos de carbono.

Abrem-se, também, novas oportunidades para projetos ambientais, financiados por instituições, que, a partir de 2007, passarão a atuar com os títulos de carbono.

Finalmente, o Brasil precisa estar vigilante em relação à extração de madeira nas áreas de florestas e de preservação ambiental. Os conflitos recentes no Pará evidenciam uma situação que, há muito tempo, vem sendo denunciada: o desmatamento irregular e altamente danoso. Mas não é só no Pará que o problema se agrava. Em Minas, estão destruindo o cerrado, e nem os pequizeiros têm sido poupados. Tenho ouvido muitos moradores da zona rural relatarem a ação dos madeireiros durante a noite para escapar da vigilância da Polícia Ambiental - fato que já

denunciei. A madeira é levada para os fornos clandestinos e transformada em carvão. A mata nativa está deixando de existir, o que acarreta um dano irreversível à biodiversidade, extinguindo a fauna e a flora do cerrado mineiro. Além da retirada da vegetação nativa, danificam-se as nascentes e promove-se o assoreamento dos cursos d'água. Até mesmo as condições climáticas estão sendo alteradas com a ação lesiva desses especuladores, que só querem dinheiro fácil, sem fazer investimentos e sem respeitar a legislação ambiental.

Venho acompanhando as ações do governo Aécio Neves para o meio ambiente e noto a sua grande preocupação com a preservação, o que se evidencia ainda mais agora, com a inauguração do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, o sétimo em Minas. A Secretaria do Meio Ambiente, brilhantemente conduzida pelo especialista José Carlos Carvalho, tem-se empenhado nessa luta pelo desenvolvimento sustentável. Mas quero propor um esforço adicional no combate às atividades ilegais no cerrado mineiro: um policiamento mais abrangente e uma fiscalização mais intensa da procedência do carvão que abastece as usinas siderúrgicas e que é colocado à venda no varejo. Apesar da exigência do selo de procedência, essa mercadoria ainda é vendida a granel, no mercado paralelo, abrindo espaço para a comercialização ilegal e para novos ataques às árvores do cerrado.

Lembro que o País assumiu o compromisso com a construção da Agenda 21, importante documento emitido por ocasião da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, mais conhecida por Eco-92 ou Rio-92; resta, porém, implementar a Agenda 21 nos âmbitos federal, estadual e municipal.

Minas tem dado a sua contribuição, sendo, aliás, o Estado brasileiro que mais apresentou propostas em relação a uma das principais ações, a educação ambiental. Mas esse é um empreendimento que demanda parcerias, união das atividades do poder público com a sociedade, com as entidades de classe e outras, em busca da mobilização e de providências efetivas.

Esta Assembléia atua nessa parceria, e, no ano passado, incluiu o tema Agenda 21 no seminário legislativo Saneamento Ambiental. Na próxima quinta-feira, amanhã, dia 9, a Assembléia será sede de um ciclo de debates a respeito do tema, durante todo o dia.

Torna-se necessário ainda formalizar o Fórum Estadual pela Construção da Agenda 21, o que espero se concretize o mais rapidamente possível. O meio ambiente não se recompõe da noite para o dia, e muitos danos ambientais são irreversíveis.

Precisamos agir logo, conscientes da gravidade da situação. Passou o tempo em que o ambientalista era apenas uma voz incômoda, pregando no deserto. Se nada for feito, estaremos todos num planeta deserto, sem voz para qualquer pregação e sem ouvidos que nos ouçam.

O Dia do Meio Ambiente, comemorado no último domingo, ainda não é uma data para celebrações. Muito se conquistou, mas faltam medidas mais efetivas de preservação.

É preciso frisar que ambientalismo não é sinônimo de radicalismo e de ações extremas. Ambientalismo é ação séria, consciente e de resultados, e deve ser defendida e respeitada.

Hoje, mais que nunca, o futuro das águas está em jogo, num projeto ambicioso de transposição do Rio São Francisco. Os mineiros se levantam contra essa proposta, e espero que as autoridades federais ouçam as nossas ponderações. O valor do projeto é muito alto e sacrificará outros investimentos que seriam respostas mais efetivas para dessedentar humanos e animais das áreas afetadas pela seca.

Que as reflexões do Dia do Meio Ambiente mostrem caminhos mais seguros e menos dispendiosos, mas que se traduzam em gestos conscientes e responsáveis na utilização dos nossos recursos naturais. Muito obrigado."

A região de Sete Lagoas e Inhaúma ficou por mais de quatro meses sem assistir à TV Assembléia, por causa de um defeito. Espero que isso não mais aconteça, porque a TV Assembléia é o veículo que mostra a muitos Municípios o que é cidadania e o que se faz aqui nesta Casa.

O Deputado João Leite (em aparte) - Obrigado. Acompanhei com atenção o pronunciamento de V. Exa. Sem dúvida, realizaremos amanhã uma importante reunião nesta Assembléia Legislativa, especialmente no que se refere às suas palavras: a importância das águas e a previsão de sua preservação no País.

Deputado Doutor Ronaldo, talvez estejamos no início de uma devastação ambiental sem precedentes no País. Neste último ano, a Amazônia sofreu o maior desmatamento de sua história. Os dados mostram que a área devastada da Amazônia corresponde a um Estado da Federação, a de Alagoas. Isso nos impressiona muito. Por isso o seu discurso é muito importante. O dia de amanhã, nesta Assembléia, também o será, porque os "cupins" atacaram a Amazônia, como nunca na nossa história.

Há também o absurdo da proposta do governo Lula de transposição do Rio São Francisco. Esse governo, lamentavelmente, a cada dia, perde mais credibilidade. É o que ouvimos pelas ruas, atingindo toda a classe política. Neste momento, o povo espera os esclarecimentos do governo, mas o que vimos é o seu esforço, primeiramente, para que não aconteça a CPI e, agora, para investigar o governo passado.

Ora, a população aguarda ansiosamente as explicações; e nada acontece. O Secretário do Presidente está viajando, e não é dita nenhuma palavra de esclarecimento à população brasileira, que, bestializada, acompanha essa situação. Esse governo é um desastre ambiental. Antes havia os "vampiros", os "gafanhotos" e, agora, os "cupins", e essa situação sem explicações.

Mas estamos aguardando os esclarecimentos, porque essa situação envolve toda a classe política brasileira. O Governo Lula está acumulando uma dívida ambiental e não dá uma explicação aos brasileiros. Ela deve ser paga, dando-se uma explicação à população brasileira. Em nosso Estado e em Belo Horizonte, por onde andamos, vemos essa situação. As pessoas estão perplexas, Deputado Doutor Ronaldo. Querem uma justificativa do Governo; no entanto, o que ocorre, a todo o momento, é a tentativa de se esconder o jogo.

O Ministro da Coordenação Política diz que a culpa não é do Governo, mas do PT e dos outros partidos. Enquanto a população aguarda uma explicação, tentam esconder o jogo. V. Exa. está de parabéns por tratar, na tribuna da Assembléia Legislativa, da questão ambiental, tão importante para o País. O tema que V. Exa. abordou, e que é tão caro a todos nós, toca os mineiros. Detestamos o projeto do governo federal de transposição do Rio São Francisco. Aproveito para falar de tudo o que está ocorrendo em nosso país. Refiro-me, principalmente, aos buracos nas rodovias. Fiz uma viagem neste final de semana; viajei 1.860km por rodovias federais em Minas Gerais. Muitos mineiros estavam à margem das rodovias federais, pois seus carros estavam com as rodas quebradas, com os pneus furados. Vou dar uma contribuição. Deixarei para os mineiros que quebrarem seus carros nas rodovias federais o modelo de um documento para que ingressem na justiça contra o Dnit e o governo federal. Farei isso para que reclamem na justiça as perdas e os danos que sofrem, de madrugada, na beira das rodovias, tentando consertar seus carros, sem que lhes seja dada uma palavra.

Parabéns, Deputado Doutor Ronaldo, por abordar tema tão importante. Agradeço-lhe a oportunidade que me concedeu para que me manifestasse sobre seu discurso.

O Deputado Doutor Ronaldo - Obrigado, Deputado. Também viajei neste final de semana e fiquei impressionado, ao ver carros novos parados à beira da estrada. Realmente, é uma vergonha. Obrigado.

O Deputado Biel Rocha - Boa-tarde, Presidente Rêmoló Aloise, que dirige esta reunião, colegas Deputados e Deputadas, companheiros, público que nos acompanha pela TV Assembléia.

Sr. Presidente, primeiro farei um registro. No dia 19/6/2005, participei de uma audiência pública da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização na cidade de Simão Pereira, pequeno Município localizado a 30km de Juiz de Fora. Hoje, Simão Pereira é a única cidade do Estado onde há uma praça de pedágio. Em 1996, a BR-040 foi privatizada. Exatamente na entrada da cidade, instalou-se uma praça de pedágio.

As lideranças locais, a Prefeitura, o Presidente da Câmara, Vereador Gilson Chapinotti Lyrio, e a comunidade organizada solicitam o apoio desta Casa na luta pelo pedágio livre que iniciaram no Município. Ou seja, o movimento tem como objetivo o cadastro dos veículos particulares, bem como dos transportes coletivos que têm acesso ao Município, a fim de garantir-lhes o direito ao pedágio livre.

Cobram-se R\$6,00 pelo pedágio. Simão Pereira, desde 1996, sofreu esvaziamento muito grande, com fechamento de agências bancárias, assim como de farmácias e de estabelecimentos comerciais que trabalhavam com material de construção, tudo por causa desse pedágio, porque, para qualquer acesso àquela cidade, haveria pagamento do pedágio na ida e na volta. Além disso, se um cidadão precisasse ir a um banco para receber pagamento, teria de procurar cidades mais próximas, como Juiz de Fora ou Matias Barbosa, gastando R\$6,00 na ida e R\$6,00 na volta. O mesmo ocorreria se precisasse ir a uma farmácia. Tudo isso prejudicou e vem prejudicando as pessoas daquele Município.

Simão Pereira recebeu a visita dessa Comissão, brilhantemente presidida pelo Deputado Leonardo Quintão. Estávamos presentes eu e os Deputados Edson Rezende, Leonardo Quintão e Sebastião Helvécio. Nunca tinham sido vistos quatro Deputados em Simão Pereira, cidade tão pequena. Fomos muito bem recebidos pelas autoridades e pela população local. E já obtivemos resultados positivos. A concessionária responsável por aquela estrada já solicitou à Prefeitura levantamento de pessoas e veículos que poderiam ser cadastrados para terem acesso livre e gratuito, sem pedágio. Esse resultado é importante para aquela comunidade.

A Comissão está apreciando alguns documentos que recebeu, os quais contêm sérias informações. Em 1996, para essa praça de pedágio ser instalada, foi preciso requerer, aos órgãos ambientais e a outros órgãos responsáveis pela proteção do patrimônio histórico vários licenciamentos. Há uma fazenda tombada pelo patrimônio histórico exatamente onde está a Estrada União Indústria, conhecida na região como Caminho Novo, denominada hoje Estrada Real. Os órgãos ambientais - Copam e Feam - e o Iepha autorizaram a instalação desse pedágio no Km 817 dessa rodovia federal. Surpreendentemente, o órgão, que naquela época era o DNER, autorizou a construção dessa praça de pedágio 3km antes, num local prejudicial à população de Simão Pereira.

Fomos, "in loco", averiguar a denúncia que recebemos. Disseram que quem trafega pela Estrada União Indústria, ou Caminho Novo, ou Estrada Real, e quer continuar esse percurso, precisa passar pelo pedágio. Por incrível que parece, as pessoas, para passarem pelo Caminho Novo ou pela Estrada Real, têm de pagar pedágio de R\$6,00 para ir e R\$6,00 para voltar, sem passar pela BR-040. A praça está exatamente sobre o Caminho Novo, sobre a Estrada Real, um projeto estruturante do Governo do Estado.

Estamos averiguando essas informações. Se confirmada alguma irregularidade praticada pelo DNER, ocorrida em 1996, a Comissão tomará as providências necessárias e fundamentais para corrigi-la, uma vez que essa praça de pedágio está prejudicando a cidade de Simão Pereira. A proposta dos órgãos ambientais foi a construção da praça 3km além da cidade, exatamente para preservar o Caminho Novo e o entorno de fazenda tombada naquele local, assim como as pessoas que moram no Município.

Recebemos a informação de que a praça foi construída 3km antes, o que nos preocupa bastante. Portanto, vamos apurar os fatos com a profundidade necessária, de forma a dizer a esta Casa e ao Município o que aconteceu em 1996, quando o órgão do governo federal não procedeu à construção no local definido pelos órgãos responsáveis pelo licenciamento.

Há ainda uma outra questão. Em Brasília, ontem, teve início um grande encontro, que contou com a presença de vários países, com o objetivo de discutir políticas públicas de combate à corrupção nas esferas privada e pública, principalmente nesta última.

O Presidente Lula, em seu pronunciamento, disse que o combate à corrupção e o rigor no controle dos gastos públicos são duas marcas essenciais do seu governo. O trabalho do governo federal no combate à corrupção é hoje uma política de Estado. Não persegue e não acoberta ninguém. É um exemplo da solidez de nossas instituições democráticas, que se consolidaram. Ao longo de muitos anos, muitos movimentos sociais, os dirigentes do País e muita gente construíram esta democracia e permitiram que o atual governo avançasse na ação contra a corrupção, aprimorando e valorizando alguns instrumentos já existentes e criando novos mecanismos de controle.

As ações do governo federal nesse sentido mobilizam diversos órgãos, que trabalham de forma articulada e complementar, conseguindo, assim, potencializar resultados e evitar duplicidade de esforços. Além disso, foram criados instrumentos que permitirão e incentivarão a participação da sociedade civil e organizada no controle da aplicação dos recursos públicos.

A Polícia Federal, órgão do Ministério da Justiça, vem dismantando esquemas de fraudes e golpes em várias regiões do País. Com a cooperação da Controladoria-Geral da União, por intermédio do nobre Deputado Waldir Pires, do Ministério Público e do Poder Judiciário, as operações demonstram o empenho do governo federal em combater o crime organizado e todas as formas de corrupção. Além de acabar com a impunidade.

Nessas operações, foram dismantados esquemas antigos e muito antigos de corrupção, prendendo-se pessoas que atuavam há vários anos. Para os Deputados e os nossos telespectadores terem idéia, nestes últimos dois anos de Governo Lula, a Polícia Federal realizou 75 operações, que resultaram na prisão de 1.234 pessoas. Dessas operações, 45 foram de combate à corrupção, nas quais foram presas, por corrupção, 819 pessoas. Não eram ladrões de galinha ou de pasta de dente em supermercados. Dentre essas 819 pessoas presas havia Vereadores, Prefeitos, Deputados Estaduais, Deputados Federais, Juizes, policiais militares, policiais federais, 290 servidores públicos e 120 policiais rodoviários. Coisa nunca vista, Doutor Ronaldo.

No Mato Grosso, com a operação Curupira, foi dismantado um esquema que já vigorava há muitos anos. Coisa que nunca se fez neste país. Uma máfia implantada no País, nos últimos dez anos, foi dismantada pela Polícia Federal. As pessoas estão presas, estão na cadeia, coisa que não se via. Não se prende mais hoje no País somente quem rouba galinha. Prende-se também quem rouba dinheiro público.

É importante destacar esses números porque isso não está saindo nos jornais em Minas Gerais nem na televisão. Sr. Presidente, o único espaço que temos é esta tribuna, a mais alta tribuna de Minas Gerais. A população de Minas Gerais precisa ser esclarecida. Deixamos registrado nos anais da Casa o que a Polícia Federal tem feito nos últimos dois anos, com ações sérias, prendendo aqueles que estão esbulhando o dinheiro público no nosso país.

Criado pelo atual governo federal, o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional, o DRICI, tem como função articular o combate à lavagem de dinheiro no País. Esse órgão é responsável pela promoção da cooperação jurídica internacional, identificação dos meios que resultam em recursos ilícitamente obtidos e recuperação dos ativos desviados. A sua atuação é decisiva na luta contra a corrupção, porque que bloqueia recursos que iriam financiar o crime organizado. Em pouco mais de 1 ano, esse departamento rastreou e bloqueou mais de US\$300.000.000,00. Isso é uma novidade no País. Isso está acontecendo atualmente no governo federal.

Antes de conceder aparte ao Deputado Domingos Sávio, desejo falar sobre nossas estradas.

Moro em Juiz de Fora, onde a BR-267 está completamente intransitável. Nessa rodovia, ocorrem graves acidentes, inclusive com vítimas fatais, carros quebram e pneus furam. Procuramos saber quem são os responsáveis pela manutenção e pela reconstrução dessa estrada. Por ser uma rodovia federal, atribuem a responsabilidade ao governo federal. Todavia, foi editada uma medida provisória por Fernando Henrique Cardoso atualizando-a, ou seja, passando a responsabilidade dessa estrada ao Estado. Para isso, foram transferidos aos cofres públicos de Minas Gerais R\$130.000,00 por quilômetro. Dessa forma, o Governador que assumisse, ou seja, Aécio Neves, deveria recuperar a estrada e evitar que permanecesse nessas condições.

Surpreendentemente, o dinheiro foi gasto com o pagamento do 13º salário dos servidores de Minas Gerais, que clamavam pelo pagamento. Um empurra a responsabilidade para o outro. Se o governo federal colocar uma poeira de asfalto nessa estrada, estará cometendo crime de responsabilidade, pois, como a medida provisória está em vigor, não compete ao governo federal a sua manutenção e sim ao governo estadual.

O Ministro dos Transportes afirmou que a medida provisória pode ser revogada, mas o governo estadual, que não cumpriu sua missão, ou seja, não melhorou a estrada, deve devolver o dinheiro repassado a Minas Gerais. A responsabilidade pela BR-267 é do governo estadual, estando o governo federal impossibilitado de atuar enquanto estiver em vigor a medida provisória.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte) - Não falarei sobre as rodovias, mas, posteriormente, se houver tempo, abordarei o assunto.

Quanto à ação da Polícia Federal, V. Exa. afirmou que, se por um lado, é louvável, por outro, é deprimente ver que a corrupção continua campeando e crescendo neste país. Permita-me uma correção. V. Exa., por mais de uma vez, afirmou que isso não era feito. De certa forma, V. Exa. quis dizer que a Polícia Federal passou a agir agora e que não prendia antes. A prisão de "Lalau", de Hildebrando, da advogada que fraudou o INSS no Rio e diversas ações da Polícia Federal ocorreram no governo anterior, desmantelando-se ações de corrupção.

Não podemos esperar que a Polícia Federal investigue o Presidente da República, pois ela é subordinada a ele. Um crime de que o próprio Presidente estava informado, segundo o Ministro Aldo Rebelo, deve ser verificado por uma CPI séria, sem politicagem, que passe este país a limpo, para que a corrupção não seja varrida para debaixo do tapete.

Concordo com V. Exa. em que a Polícia Federal trabalhe, mas isso não é mérito do governo Lula, caso contrário, acreditaremos que corrupção é mérito do governo Lula e que a Polícia Federal começou a agir apenas agora. Infelizmente, a corrupção existe desde o Império, mas a Polícia Federal e o governo trabalhavam, puniam, prendiam.

Precisamos verificar se os Ministros estão envolvidos, se o próprio partido está financiando, se os Deputados Federais se estão vendendo. Isso deve ser investigado de forma ampla, e não por um organismo que faz parte do Poder Executivo e que, dificilmente, terá condições de investigar o Presidente da República. Obrigado.

O Deputado Biel Rocha - Não podemos negar que o "Lalau" e a advogada Maria Georgina foram presos no período anterior. O que ocorre hoje é o desmantelamento de quadrilhas, de esquemas, coisa que não se viam. Que venha a CPI! Queremos que os fatos sejam apurados, bem como aqueles que recebem propina, seja "semanão", seja mesada, aqueles que trocaram de siglas para se favorecerem, aqueles que trocaram votos para a reeleição de Fernando Henrique Cardoso. Queremos CPI para apurar os fatos, passar o País a limpo, moralizar o Legislativo. Obrigado.

O Deputado João Leite - Serei breve, para não atrapalhar o tempo do Deputado Carlos Gomes. Sr. Presidente, continuo com o mesmo pensamento em relação às estradas federais. Lamentavelmente, algumas pessoas perdem a vida, que não pode ser recuperada. O Deputado que ocupou a tribuna citou uma estrada, a 267. Cerca de 25% da malha rodoviária federal que se encontra em Minas Gerais está abandonada! A situação é terrível. O governo federal abandonou o Estado. Vemos isso acontecer em relação às estradas e à segurança pública. Recentemente, acompanhamos um debate entre Governadores de quatro Estados, Minas, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, que não receberam um centavo do Fundo Nacional de Segurança Pública e têm de dar conta do tráfico de drogas, do contrabando de armas e da prisão dos que cometeram crimes federais. E não escutamos uma palavra do Partido dos Trabalhadores em defesa dos mineiros. Ao contrário, dizem que a estrada federal localizada perto de Juiz de Fora pertence ao Governo do Estado. Não escutamos uma palavra do PT contra a transposição do Rio São Francisco, contra a situação das nossas estradas e contra a falta de recursos para a segurança pública. Ora, aguardamos uma palavra desse partido em defesa de Minas Gerais, em defesa do Rio São Francisco, em defesa das nossas estradas! Ora, falar-se na Polícia Federal, que respeitamos... Há quanto tempo não há uma ação dessa Polícia no Estado? Por que transferiram o Delegado que prendeu o Sr. Duda Mendonça na rinha de galo? É algo deplorável levar os animais, as aves, e submetê-las àquela situação nas rinhas. E falam que está tudo sendo esclarecido. Basta andar pelas ruas, ouvir os cidadãos mineiros, perceber a situação, mas, tentar esconder tudo... Tenho a expectativa de que a Câmara dos Deputados não casse o Deputado Roberto Jefferson e que dê a ele, como congressista e parlamentar, o foro adequado para mostrar aos brasileiros tudo o que aconteceu. Como disse no jornal "Folha de São Paulo", ele quer esclarecer tudo para a população brasileira. Fará muito bem a ela que o Deputado Roberto Jefferson permaneça como Deputado, para que haja esclarecimento de tudo o que foi dito. O tesoureiro do PT pagava aquilo? Vamos esclarecer. Do contrário, que o Deputado Roberto Jefferson pague por falar mentira. Mas a situação tem de ficar clara! Creio que seja isso o que a população brasileira aguarda, assim como aguarda uma palavra da Assembléia Legislativa de Minas Gerais em favor do povo mineiro, de Minas, das pessoas que transitam pelas estradas e daqueles que hoje estão sujeitos à violência, sem o repasse do Fundo de Segurança Pública pelo governo federal.

Portanto, Sr. Presidente, gostaria de permanecer com o meu sentimento inicial, quando aparteei o nobre Deputado Doutor Ronaldo, de que precisamos apurar o que está acontecendo neste momento.

Aconteceu algum ilícito na votação da emenda para a reeleição que beneficiou o Presidente Fernando Henrique Cardoso? Que isso seja apurado paralelamente ou em outro momento. A população mineira e a brasileira desejam a apuração de um fato determinado que há agora. Neste momento, é isso que aguardamos. Agradeço ao Deputado Carlos Gomes a maneira gentil como aceitou que tratássemos dessa questão. Obrigado.

O Deputado Carlos Gomes* - Sr. Presidente, Deputado Rêmoló Aloise, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, cidadãos que nos assistem pela TV Assembléia, senhoras e senhores; no dia 24/5/2005, a Assembléia Legislativa de Minas Gerais, por proposta deste Deputado, promoveu o lançamento da Frente Parlamentar de Apoio às Microempresas e Pequenas Empresas. Essa iniciativa demonstra para os trabalhadores e para o maior setor produtivo deste país que não só estamos preocupados com a situação em que se encontram, mas também que estamos comprometidos com sua causa, que vamos juntos dialogar e buscar soluções que viabilizem o setor em nosso Estado e em nosso país.

Hoje são muitas as dificuldades encontradas para o desenvolvimento desse setor, pois enfrentam principalmente o peso da mão do Estado, que, ao invés de lhes propiciar condições de desenvolvimento, sufocam-nos com a excessiva carga tributária, além da burocracia, que é muito grande.

Esses dados, Sr. Presidente, refletem uma dura realidade, que se contrapõe aos esforços exercidos diuturnamente por todos os cidadãos e entes jurídicos nacionais e estaduais pela criação de empregos, pela promoção do desenvolvimento, pela viabilização dos milhares de pequenos investimentos que são realizados a cada dia por pequenos empreendedores e microempreendedores.

Essa é uma situação que dificulta o nosso desenvolvimento econômico, e cabe a nós, Deputados, responsáveis pela elaboração das leis deste Estado, a obrigação de alterar esse cenário perverso. Devemos fazê-lo com a maior urgência possível, em especial no que se refere às pequenas empresas e às microempresas, que, pela própria classe a que pertencem, costumam ser as maiores vítimas dessa situação de desigualdade.

Existem no Brasil diversas iniciativas, governamentais e não governamentais, que visam a facilitar a vida das pequenas empresas e das microempresas, principalmente dando atenção e prioridade à construção da lei geral das microempresas e das pequenas empresas, que seguramente será apresentada à Câmara dos Deputados dentro de algumas semanas.

Essa proposição é fruto de um trabalho longo, porém genuinamente democrático. Empresários de todo o País foram ouvidos, assim como muitas organizações sociais, sob a coordenação do Serviço Brasileiro de Apoio às Microempresas e Pequenas Empresas - Sebrae.

Todos buscam atender à determinação do art. 146 da Constituição, que prevê tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e às pequenas empresas, mesmo no que diz respeito à tributação. Todos procuram saídas para mudar o quadro trágico de continuarmos sendo um país de empreendedores cuja legislação dificulta empreender.

Dessa forma, estamos contribuindo para o Brasil e para o seu povo, como tem envidado esforços o governo do Presidente Lula, simplificando a gestão das microempresas e das pequenas empresas.

No Brasil, existem hoje, Sr. Presidente, mais de 10.300.000 microempresas e pequenas empresas, conforme dados do Sebrae nacional, responsáveis por mais de 65% dos postos de trabalho ativos e quase 30% do PIB. São, com certeza, as principais propulsoras do crescimento nacional.

Entre os numerosos benefícios imediatos previstos na lei geral de microempresas e pequenas empresas está a simplificação da tributação e dos seus livros fiscais.

Pretende-se a criação do Supersimples, um imposto único que será rateado pelas três esferas de governos: federal, estadual e municipal.

Consta ainda na proposição a criação do cadastro único, indispensável à operacionalização do imposto mencionado.

É também previsão da lei geral das microempresas e das pequenas empresas que as empresas de prestação de serviços, hoje excluídas do Simples, possam aderir ao Supersimples.

Por sua vez, empresas com faturamento até R\$2.400.000,00 poderão atuar em um ambiente fiscal e legal simplificado.

E ainda haverá regras distintas por faixa de faturamento, de forma a beneficiar empresas que registrem receita anual de R\$60.000,00 até R\$6.000.000,00.

A aprovação da lei geral das microempresas e das pequenas empresas acena com amplos benefícios a serem auferidos pelo conjunto da sociedade.

Mais emprego, redução expressiva da informalidade, maior acesso a financiamentos, assim como maior segurança no crédito, reduzindo as taxas de juros, além da ampliação da base tributária, que permitirá, em médio prazo, uma redução das alíquotas de tributos, mercê de sua maior base de incidência.

A lei geral das microempresas e das pequenas empresas também contribuirá, dada a introdução de maior justiça fiscal, para reduzir a significativa evasão fiscal, que compromete a moral da sociedade e inibe até mesmo aqueles que desejam cumprir suas obrigações tributárias.

O projeto da lei geral das microempresas e pequenas empresas é, portanto, a oportunidade de realizarmos uma verdadeira revolução neste país, moralizadora, simplificadora e promotora do desenvolvimento econômico.

A Deputada Elisa Costa (em aparte) - Deputado Carlos Gomes, serão breves palavras, primeiro, para louvar sua iniciativa em relação à criação da Frente Parlamentar de Apoio às Microempresas e Pequenas Empresas. O lançamento da frente na Assembléia Legislativa foi um sucesso, com a participação de lideranças de Belo Horizonte e de todo o Estado de Minas Gerais, demonstrando a importância que deve ser dada a esse tema nacional e mineiro. Pela sua fala, podemos ver o compromisso de se pensar o desenvolvimento social com a geração de emprego, com o aumento da renda, possibilitando o crescimento e a qualificação das nossas pequenas empresas e microempresas. Quando se fala em redução, pensamos em redução da carga tributária, da burocracia, no incremento e na qualificação das pequenas empresas no desenvolvimento local, de Minas e do Brasil.

Gostaria de chamar a atenção também para o compromisso que hoje o Presidente Lula está tendo com essa questão. As entidades nacionais ligadas a essa causa estão apresentando um reconhecimento ao governo federal, que vem transformando essas iniciativas de todos os segmentos da sociedade, dos pequenos empresários e microempresários, numa lei que venha fortalecer esses segmentos.

Quero parabenizar V. Exa. por nos representar nessa causa, na Assembléia Legislativa, e convidá-lo para uma agenda na região do Vale do Rio Doce, a fim de incrementarmos essa política em Minas Gerais. Naquela região, especialmente em Governador Valadares, temos aproximadamente 5 mil pequenas empresas e microempresas que trabalham na prestação de serviços e noutros setores.

Quero dizer que o reconhecimento do seu trabalho, especialmente dessa lei geral, vem beneficiar esse segmento, e está vindo em boa hora para fazer avançar, por meio da macroeconomia, a microeconomia em nossos Municípios, em Minas Gerais e no Brasil.

Queremos solicitar também o apoio das Prefeituras a essas iniciativas em todos os Municípios mineiros. Muito obrigada.

O Deputado Carlos Gomes* - Em Minas, esse debate está proposto à mesa de diálogo desde a década passada, quando, sob nossa coordenação e com as instituições do setor, construímos uma proposta, apresentada ao governo Lula, que a acolheu e a incorporou ao debate nacional do setor.

Desde então, contribuimos para a construção da lei geral das microempresas e das pequenas empresas, que será entregue, em breve, a S. Exa., o Sr. Presidente da República.

Passo significativo foi dado por esta Casa, constituindo a Frente Parlamentar das Microempresas e Pequenas Empresas em Minas Gerais, proposta por este Deputado e cujo requerimento foi assinado por mais de 50 Deputados desta Assembléia Legislativa - aos quais agradeço -, o qual irá convidar toda a sociedade mineira para esse debate. O objetivo é construirmos juntos, em nosso Estado, condições que assegurem possibilidades de crescimento do setor, propiciando seu desenvolvimento com geração de emprego e distribuição de renda.

Hoje o conjunto das forças políticas e empresariais comprometidas com as microempresas e com as pequenas empresas em nosso país está em Brasília, a fim de dialogar com o governo federal e com o Congresso Nacional, buscando agilizar a apresentação da proposta da lei geral das microempresas e das pequenas empresas, e fazer com que sua tramitação aconteça com a rapidez que o Brasil exige.

Esta data, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, é um marco importante rumo à conquista de uma lei que irá fortalecer as possibilidades de crescimento sustentável que está acontecendo em nosso país.

Solidário com todos aqueles que estão em Brasília neste dia, fortalecendo esse diálogo democrático e produtivo, quero parabenizar o governo do Presidente Lula, as entidades da sociedade civil, especialmente as empresariais, os Deputados Federais, os Senadores e toda a classe política do nosso país por essa iniciativa. Hoje o Brasil caminha em nossa Capital federal, fortalecendo o desenvolvimento e a democracia e buscando a igualdade social.

Vamos juntos trabalhar pela aprovação da lei geral das microempresas e das pequenas empresas.

Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

A Deputada Elisa Costa - Cumprimento o Presidente desta reunião, Deputado Rêmoló Aloise, os Deputados presentes, o povo de Minas Gerais e a imprensa.

Abordarei temas que considero importantes. Hoje, foi realizada uma audiência muito significativa nesta Assembléia Legislativa, proposta pela Deputada Jô Moraes.

Participaram da audiência grande parte das Deputadas Federais e Estaduais, para debater o projeto de lei federal que coíbe a violência doméstica contra a mulher, com a relatora Jandira Feghale, do PCdoB. Também estiveram presentes diversas entidades ligadas à causa da mulher e representantes do Estado de Minas Gerais e de Belo Horizonte.

A partir de experiências sobre o tema, o projeto foi acolhido pelo Presidente Lula e enviado à Câmara Federal. Ele se tornará uma agenda nacional das Deputadas no Congresso Nacional para um debate englobando a superação do medo e o fim da impunidade dos crimes, ameaças e agressões, especialmente em relação à violência doméstica contra a mulher.

Por meio dessa iniciativa, a ALMG tem uma grande contribuição a dar, por meio de debates e de emendas que serão apresentadas. Teremos uma grande agenda nacional. Há duas grandes pesquisas: uma de 2001, da Fundação Perseu Abramo, e outra de março de 2005, do Senado Federal. Esta mostra o crescimento da violência no País, especialmente contra a mulher. Segundo os dados, a cada 15 segundos uma mulher é violentada, psicologicamente, sexualmente ou sofrendo agressão física. Grande parte dos autores são os próprios pais, maridos ou irmãos, quero dizer, ocorrem dentro da própria família. Essa vida privada deve se tornar visível para a sociedade, e a mulher deve ter a coragem de denunciar e expor a violência sofrida na vida familiar.

A implementação do plano nacional de políticas públicas para as mulheres, com o objetivo de combater a violência, responsabilizando-se as três esferas de poder, também foi debatida. Isso deve ocorrer por meio da implantação em pólos regionais dos Conselhos Municipais de Defesa da Mulher e das delegacias especializadas. Além disso, deve haver um trabalho de políticas específicas para combater a violência contra a mulher em Minas. Outra necessidade é a criação de casas-abrigo para que as mulheres, caso tenham de sair de casa, possam encontrar um abrigo. Assim, o projeto é muito importante, pois levantará o debate, o que trará a revisão da legislação vigente para que haja uma punição mais severa em relação à violência doméstica e familiar. Hoje, a Assembléia deu um importante passo nesse debate. A Deputada Jô Moraes propõe que a discussão seja regionalizada nos diversos Municípios mineiros.

No sábado último, tive a oportunidade de participar do I Seminário de Biodiesel, em Crisólita, no Baixo Mucuri, com a presença de representantes da Petrobras, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, lideranças de Prefeituras e comunitárias. O Governo Federal pretende implantar uma usina de biodiesel em Minas Gerais.

Serão implantadas no Nordeste duas usinas e uma em Minas Gerais, no Mucuri ou no Jequitinhonha, regiões extremamente importantes para impulsionar o desenvolvimento regional, possibilitar o crescimento da agricultura familiar e gerar emprego e renda aos nossos Municípios.

A participação de quase mil pessoas no seminário, mesmo com a chuva, demonstrou o interesse de Minas Gerais e do Brasil por essa fonte alternativa de energia limpa, com o incremento da política de desenvolvimento do Presidente Lula. Iniciativas como essas, que não somente serão financiadas pela Petrobras, mas também pelo BNDES, por meio de iniciativa privada, impulsionarão o crescimento no nosso Estado.

O marco regulatório, conforme apresentação feita no primeiro seminário de biodiesel, já está pronto, até mesmo com redução de tributos, especialmente na área do atendimento à agricultura familiar, para que possa crescer em Minas Gerais.

Trata-se de um processo positivo, que incentiva a cadeia produtiva no nosso Estado. Depende, agora, de uma política tributária que beneficie nossos Municípios a plantar a mamona ou ter outras iniciativas na agricultura familiar.

Como forma de contribuir para essa discussão, apresentamos um substitutivo ao projeto para que seja feito esse incremento e dado esse estímulo, acrescentando que as regiões do Norte de Minas, das vertentes do Caparaó, dos Vales do Rio Doce, do Mucuri e do Jequitinhonha recebam estímulos e incentivos fiscais para a implantação de usinas, especialmente a partir do crescimento dos pequenos agricultores. Vamos estimular a produção dos pequenos agricultores. Quando as usinas forem instaladas, a compra deveria ser prioritariamente da pequena produção da agricultura familiar.

O nosso projeto inclui investimentos internacionais, como os créditos de carbono. Os países que produzem poluição, podem trocá-la por créditos para o investimento nos países em desenvolvimento. Esse projeto, por meio da assinatura do Protocolo de Kyoto, possibilita às empresas nacionais buscar recursos internacionais para o desenvolvimento do biodiesel em nosso país.

A inauguração da primeira usina, em Cássia, mostra que várias regiões de Minas Gerais estão interessadas no biodiesel, como o Sul de Minas, o Triângulo, e também regiões que precisam se desenvolver para gerar empregos e renda.

Outro tema muito importante para o Brasil e para Minas Gerais é a educação. Considero que o governo Lula investe significativamente na criação de universidades federais no Brasil, especialmente em Minas Gerais. Essa ação faz parte de um processo de desenvolvimento das nossas regiões, principalmente na alocação de pesquisas para investimentos em programas e projetos visando ao desenvolvimento regional. Mais uma vez, cito a criação de várias universidades federais: a do Sul de Minas, em Alfenas; a de Uberaba, no Triângulo; e a do Jequitinhonha e a do Mucuri.

Um conjunto de Deputados da bancada de Minas Gerais reivindica também a criação da universidade federal do Vale do Rio Doce para que essa região não fique isolada do processo de desenvolvimento e para democratizar o acesso dos estudantes da região à universidade gratuita.

Ressalto a interiorização das nossas universidades federais. A Ufop está com um braço no Vale do Aço, oferecendo cursos em Timóteo. A UFMG terá cinco "campi" avançados em Minas - Montes Claros, Teófilo Ottoni, Araçuaí, e Frutal. Governador Valadares também reivindica um "campus" avançado para a interiorização da UFMG, que muito contribuirá para o desenvolvimento regional.

Da mesma forma, Caratinga realiza uma articulação política dos diversos segmentos da cidade, incluindo lideranças estudantis, educacionais e políticas, para que o braço da UFV, com sede em Caratinga, se estenda à vertente do Caparaó. Esse fato possibilitará acesso à universidade federal aos estudantes das regiões mais empobrecidas de Minas e das regiões necessárias para o desenvolvimento e crescimento do Estado de Minas Gerais. A universidade federal do Vale do Rio Doce será um grande avanço nas políticas da reforma universitária.

Cito também a experiência positiva do governo do Presidente Lula na instituição do Proune, reconhecido nacionalmente como um projeto vitorioso, pois possibilita aos estudantes das escolas particulares acesso a bolsa de estudo, integral ou parcial, garantindo assim a conclusão do curso universitário. Esse projeto possibilita maior acesso dos estudantes carentes à universidade, principalmente os afrodescendentes, os filhos de trabalhadores rurais e os indígenas, que, pela primeira vez, terão condições de concluir um curso superior nas nossas universidades. Isso significa que a nossa população precisa ter acesso ao ensino superior gratuito em nosso país.

Há mais uma ação importante da reforma universitária no Brasil: a extensão de cursos noturnos, o que possibilitará aos estudantes que trabalham diuturnamente acesso à universidade pública em Minas Gerais e no Brasil.

Outro ponto importante: mais de 6 mil vagas estão sendo preenchidas por professores universitários nas universidades públicas federais do Brasil.

Então, trata-se de um grande avanço na educação. Hoje chega à Câmara dos Deputados o projeto que trata da transformação do Fundef em Fundeb, responsabilizando os governos federal, estaduais e municipais. Ou seja, significa propor uma co-responsabilidade, um co-financiamento, a fim de que a educação infantil também seja financiada pelo governo federal. Dessa forma, haverá melhoria da qualidade do ensino fundamental. Ademais, o ensino médio passará a ser responsabilidade não apenas do governos estaduais, mas também do governo federal, devendo ocorrer o retorno do ensino profissionalizante no ensino médio. É uma ação significativa para a reforma universitária, que está em debate em todo o território nacional. Nunca se debateu tanto a educação no País como agora. Isso acontece em todas as instâncias - nas universidades, nas escolas - e envolve as lideranças de todo o País.

A educação é uma construção de todos; é uma construção histórica, que vem acontecendo no Brasil. A educação deve constituir um debate nacional e de Minas Gerais. Aproveito para solicitar o empenho de toda a Casa na discussão do ensino superior e do médio em Minas Gerais. Queremos que essa discussão seja fruto da participação da Comissão de Educação e de todos nós, que desejamos contar com uma sociedade mais participativa, inclusiva e, principalmente, mais democrática e cidadã.

Reforço ainda a importância do primeiro projeto que apresentei como Deputada Estadual. Trata-se de um projeto de incentivo social, que injeta volume significativo de recursos na assistência social, nos programas sociais de Minas Gerais. Ontem, no jornal "Hoje em Dia", foi veiculada uma matéria, segundo a qual Minas Gerais renuncia a bilhões para atrair as indústrias. Ou seja, segundo a matéria, seriam quase R\$3.000.000.000,00 em prol da atração de indústrias para o Estado, com o objetivo de gerar emprego e renda.

Como é uma lei de inclusão social, o nosso projeto tem como objetivo estimular os empresários mineiros, de todos os Municípios, por meio de incentivos fiscais para suas empresas. De acordo com a Secretaria de Fazenda, os recursos poderão ser redirecionados para os programas sociais. Essa lei faz uma referência à lei de incentivo à cultura. Pelas projeções que fizemos, poderão ser alocados R\$30.000.000,00 da proposta desse projeto de lei para o incentivo de pequenos projetos, de programas sociais, de pequenas agroindústrias. Com isso, visa-se ao desenvolvimento social de Minas Gerais, à geração de emprego e renda, bem como ao bem-estar da criança e do adolescente, da juventude, da família, dos portadores de deficiência, enfim, dos idosos e das idosas. Esses projetos sociais beneficiarão grande parcela da população.

Gostaríamos de contar com o apoio desta Casa para que esses recursos sejam aplicados, porque podem ser descentralizados. O mais importante é que esse volume de recursos não onera o Estado. Além disso, o Estado concederá incentivos, renunciará a recursos de indústrias, de determinados segmentos econômicos e até de empresas. Por que não incentivarmos programas sociais que contribuam com o desenvolvimento da população, colaborando para que as pessoas tenham mais qualidade de vida? Por que não oferecermos esses incentivos a fim de garantir a geração de empregos, a presença das crianças nas escolas, a proteção dos idosos e das idosas? Por que não fazermos isso para que tenhamos um Estado comprometido com a inclusão e com o desenvolvimento social? Por fim, farei uma reflexão acerca dos programas destinados ao combate à fome, com geração de emprego e renda.

Hoje, os recursos que o Estado de Minas Gerais tem recebido do governo Lula já somam R\$ 1.600.000,00 por ano. Esses recursos são destinados à transferência de renda, especialmente ao programa Bolsa-Família, que hoje atinge aproximadamente um milhão de famílias no Estado de Minas Gerais e aproximadamente 7 milhões no País. Associado a esse programa, há outros de inclusão social, integrados às áreas de educação, saúde, assistência social e geração de emprego, a fim de que essas famílias caminhem com as próprias pernas, sendo protagonistas da sua própria história, incluindo-se, assim, no processo de desenvolvimento do País. Com isso, realmente virão a ser cidadãos e cidadãs.

Muitas famílias mineiras e brasileiras precisam de estímulo e condições para se alimentar com mais dignidade, em quantidade suficiente. A política pública do Fome Zero é a de erradicar a fome com geração de emprego e renda, colocando as famílias de pé, num primeiro momento, para que depois venham, de acordo com as condições de crescimento do Brasil, integrar políticas de inclusão, a fim de que façam suas próprias escolhas e possam determinar seu próprio caminho. Essa é, do ponto de vista conceitual, a grande política do Fome Zero.

Queremos que as famílias recebam, num primeiro momento, transferência de renda. Mas, associada a essa transferência de renda, que as famílias estejam integradas a políticas de erradicação do analfabetismo, a programas de inclusão produtiva e de qualificação profissional relacionados à agricultura familiar, à reforma agrária, a programas estruturantes que visem a colocar as famílias no seu próprio "protagonismo", como autores da própria emancipação. A libertação das pessoas depende da sua capacidade de caminhar com as próprias pernas e de escolher os seus próprios caminhos. Essa, a grande política do Fome Zero, que se materializa principalmente no Bolsa-Família e em outras políticas de transferência de renda do nosso país.

Quero falar sobre o significado do atual momento político. Precisamos refletir sobre o que está acontecendo em nosso país. Ontem, o Presidente Lula deixou claro para a Nação, quando do "Fórum Mundial de Combate à Corrupção", que é preciso ficar atento a tudo o que acontece em todas as esferas de governo deste país, seja municipal, estadual ou federal. Nunca se combateu tanto a corrupção no Brasil.

Muito importante é a ação da Polícia Federal, que já se consolidou no Ministério da Saúde e no Ministério da Previdência Social. Estamos extirpando da máquina pública federal qualquer indício de corrupção. Toda denúncia deve ser apurada até as últimas consequências. O Presidente Lula tem razão quando afirma que, se for necessário, cortará na própria carne. E deve fazê-lo mesmo, porque desejamos que, em nosso país, os recursos sejam aplicados em políticas públicas, chegando até as populações que mais precisam dele. Não pode haver deturpação dos recursos públicos.

Precisa haver transparência no Brasil, com toda a representação partidária. A verdade deve ser restabelecida para que, no julgamento final, os culpados sejam responsabilizados. Essa, a nossa avaliação.

Importante é o papel da Controladoria-Geral da União no combate à corrupção, quando faz o sorteio para que os Municípios, os governos de Estado, os órgãos do governo federal sejam fiscalizados.

Mais de 600 Prefeituras estão sendo analisadas e fiscalizadas.

É preciso que a verdade seja restabelecida, para a transparência no uso dos recursos públicos e para o crescimento, o aprimoramento e a consolidação da democracia no Brasil. É importante que as informações cheguem ao povo brasileiro com responsabilidade. É preciso respeito na divulgação dessas informações. Elas precisam ser verdadeiras, para que a população brasileira também não descredite e perca a esperança nos políticos e na política. A arte mais nobre do nosso país é a política, pois é ela que cuida da população e a protege.

Considero que a população tem direito de receber informações responsáveis, transparentes e verdadeiras. Esperamos que isso seja restabelecido em um processo democrático. Deixo aqui hoje a nossa fala em relação a este importante momento que vive a nação brasileira e faz cada um de nós refletir.

É importante haver uma reforma política no Brasil. Essa reforma passa pela fidelidade partidária, pelo financiamento das campanhas, pelas listas fechadas e pelo fortalecimento dos partidos políticos. Assim a população poderá também ter um maior controle social da sua representação e dos partidos.

Deixo aqui essa mensagem a Minas Gerais, de que precisamos cada vez mais participar da política, em todos os fóruns, para que possamos ter mudanças importantes no Brasil. O povo de Minas Gerais, para garantir e organizar essa esperança, precisa realizar fóruns de combate à corrupção em todos os níveis e em todas as instâncias. É preciso fortalecer os mecanismos que existem, mas propondo novos mecanismos de participação popular, de mobilização social e de construção da cidadania.

Um grande abraço e uma boa tarde a todos que ainda se encontram no Plenário, mas especialmente a toda a população de Minas Gerais.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Muito obrigado, Sr. Presidente, Deputado Rêmolo Aloise, saúdo V. Exa., como companheiro do nosso Sul de Minas, os nossos companheiros Deputados presentes, TV Assembléia, nossa assessoria e povo de Minas Gerais. Sr. Presidente, quando vejo a nossa Casa, nesta tarde de quarta-feira, silenciosa, volto o meu pensamento para o Brasil. Silencioso está o Brasil, silenciosa está a sua população, atônita e consternada, aguardando uma tomada de posição séria e correta em defesa da democracia deste país.

Sr. Presidente, estamos atravessando dias nebulosos e difíceis, como a ilustre Deputada Elisa Costa acaba de relatar. A ilustre oradora, representando a Bancada do PT, trouxe um panorama dos dias que estamos vivendo. Também estamos imbuídos do propósito maior de resgate da democracia e de apuração de eventuais irregularidades no governo federal, assolado pelas constantes denúncias contra os seus membros.

É necessário uma profunda, cautelosa e séria reflexão. Temos de cobrar do Parlamento, daqueles que detêm a responsabilidade pelo povo brasileiro. Por meio do exercício da cidadania, da atividade parlamentar, temos de cobrar ações que coloquem um ponto final na lama de corrupção, que, diariamente, o povo brasileiro vê estarecido. Só assim deixaremos de ser bombeiros e seremos os construtores deste país. Consternado, falo também em nome do Sul de Minas.

Exigimos a apuração imediata da responsabilidade daqueles que devem à nação brasileira. O Brasil não pode ficar à mercê desses graves fatos. Queremos o resgate da confiabilidade e da governabilidade. Manifesto nossa preocupação quanto aos dias turbulentos que estamos vivendo. Não podemos permanecer aguardando notícias do desenrolar dos acontecimentos de Brasília. O parlamentar carrega em seu mandato e em sua vida um compromisso com a dignidade.

Recentemente, tive o prazer de participar, juntamente com o Ministério Público, de um importante debate, realizado pela TV Justiça, em que afirmamos com veemência a necessidade de apuração dos fatos. Como Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, o que me enche de orgulho, peço vênias ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado e da Câmara Federal, para que haja uma reflexão profunda. Essas investigações devem ser feitas, pois o povo brasileiro merece e não pode ficar à mercê de acontecimentos dessa natureza, que ofendem a dignidade, o Parlamento, o cidadão, o jovem, a criança. Fazemos questão desse enfrentamento. Manifestamos essas primeiras notas, consternados por tudo o que vem ocorrendo.

Temos certeza de que poderemos confiar nos parlamentares, no exemplo de cidadania e de dignidade de cada um, e que, em breve, haverá soluções para eventuais irregularidades que estejam ocorrendo no governo federal.

Consternado, quero manifestar a nossa tristeza, Sr. Presidente.

O Deputado João Leite (em aparte) - Muito obrigado. Acompanho atentamente o pronunciamento intenso que V. Exa. faz nesta tarde, da tribuna da Assembléia, e percebo que tratará de outro assunto. Senti-me provocado pelo início da sua fala e, se possível, gostaria de abrir um debate neste momento, já que V. Exa., com toda a experiência na área de direito, na Assembléia Legislativa e no parlamento municipal da sua querida Ouro Fino, aborda esse tema que está sendo discutido por todos os brasileiros nas ruas das nossas cidades.

O Presidente Lula abriu ontem o Fórum contra a Corrupção. Deputado Dalmo Ribeiro, o Brasil consome R\$1.000.000.000.000,00 com corrupção. Veja V. Exa. que esse tema é muito importante para mim. A concepção e a organização desse governo permitem a corrupção. Temos ouvido por parte dos que defendem o governo federal que ele apura rigorosamente os fatos, que tem uma corregedoria que sorteia os Municípios e os Ministérios, para depois saber se houve roubo. É aquela idéia: "Depois da porta arrombada, vamos providenciar uma tranca". O governo federal fica sabendo depois se houve desvios; fica sabendo depois se houve roubos; e o que é mais grave: por amostragem, porque faz sorteio para tentar descobrir se os recursos públicos foram desviados. Portanto, Deputado Dalmo Ribeiro, esse é um governo equivocado na sua concepção, na sua orientação, na sua organização.

Há alguns anos, tive a honra de presidir uma CPI nesta Assembléia Legislativa, para investigar a obtenção fraudulenta de carteiras de habilitação no Estado de Minas Gerais. Sendo assim, tive a oportunidade de conhecer esse processo em vários países. Entrei em contato com a Itália e com a França, fui aos Estados Unidos, precisamente ao Estado de Nova Iorque, que tem auditor-geral e auditor setorial no departamento de motores e veículos. Lá, para se obter uma carteira de habilitação, são necessários 62 procedimentos. Isso é algo que os governos modernos chamam de auditoria preventiva, ou seja, é ter permanentemente a tranca da porta para impedir que ocorram desvios. Estamos ouvindo que o governo federal fez agora o primeiro pregão. Desde 2003, o governo do Estado de Minas Gerais realiza essa modalidade de compra. Esse governo tem essa concepção, porque tem uma auditoria-geral e auditorias setoriais em cada órgão.

Para V. Exa. ter uma idéia, na Secretaria da qual fui titular, tinha uma auditoria permanente. Quem escolheu a auditora que acompanhava os processos na minha Secretaria não fui eu, mas sim a Auditora-Geral do Estado. Semestralmente tinha um relatório para corrigir alguns rumos e impedir desvios de recursos públicos.

O governo federal está atrasado na concepção de garantia para que não haja desvios de recursos públicos. Faltou ética e cuidado com esses recursos. Esse governo não se organizou a fim de proceder dessa maneira. Tudo que o governo federal tem feito é tentar fechar a porta depois da tranca arrombada, ou seja, chamar a Polícia Federal e a Corregedoria e buscar dinheiro fora do Brasil. Isso é um equívoco.

Há alguns anos, Kanitz, um dos articulistas da revista "Veja", escreveu que o Brasil não era um país corrupto, mas sim pouco auditado. Para acompanhar os números internacionais, os processos e os procedimentos, o Brasil precisaria ter mais 180 mil Auditores Públicos. Há um equívoco na fala dos que defenderam e defendem o governo federal que nos assusta, porque não há possibilidade de correção de rumos. Pelo contrário, desejam combater essa corrupção e esse desvio do recurso público com Corregedoria e com Polícia Federal, depois da porta arrombada.

V. Exa. provocou a minha participação. Neste aparte, dou espaço para o pronunciamento hoje, em Brasília, da Senadora Heloísa Helena, expulsa do PT. Ela acredita que "quadros do partido, como Delúbio Soares e Waldomiro Diniz, suspeitos de promiscuidade nas relações do Congresso Nacional com o Planalto, agiram com autorização de Lula". Essas foram as suas palavras. O repórter Frederico Vasconcelos, do jornal "Folha de S. Paulo", perguntou-lhe: "Senadora, como funciona o balcão?". A Senadora lhe respondeu que o governo entrega a máquina pública para ser parasitada por delinqüentes de luxo, distribui cargos, poder e liberação de emendas ou de "mensalão".

Deputado Dalmo Ribeiro Silva, com sua experiência, V. Exa. traz para a tribuna desta Casa reflexão importantíssima. Creio que Minas Gerais dá um exemplo com as relações transparentes. Há um pacote ético no governo do Estado que passou pela Assembléia Legislativa. Como V. Exa. disse nesta tribuna, espero que o governo federal não venha com apurações nem corregedorias posteriores, mas que adote modelos mais modernos no combate à corrupção, aplicados não somente em Minas Gerais, mas também em vários países. Além disso, que haja segurança nas ruas das nossas cidades e garantia para essa população perplexa e atônita com esse grande escândalo, que, aliás, não havíamos visto ainda no País. Deputado Dalmo Ribeiro Silva, parabéns! Muito obrigado.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Muito obrigado, Deputado João Leite, brihante como sempre. Sem dúvida alguma, V. Exa. é uma das grandes reservas desta Casa.

Devo dizer-lhe que essa reflexão tem que ser feita de maneira muito séria e profunda, como V. Exa. manifesta.

Minas Gerais dá exemplo de austeridade, na condução séria, determinada, de nosso Governador. Hoje, interpelado por vários jornais, ele pede rigor na apuração, sem manchetes e sem pressa, e que isso venha tornar público as irregularidades que, efetivamente, estão sendo alardeadas.

Minas Gerais, como não poderia deixar de ser, a exemplo de todos os mineiros, saberá conduzir sempre à frente, com ética, com transparência, os destinos de Minas, mas também contará com a presença valiosa de nossos representantes no Senado e na Câmara Federal.

Agradeço, imensamente, ilustre Deputado João Leite, as considerações que V. Exa. faz neste momento, na certeza de que, juntos, com toda a Casa, iremos em busca de uma solução para o povo brasileiro e o povo mineiro.

Sr. Presidente, permita-me, também, consternado, aqui registrar o falecimento do ex-Prefeito Municipal de Monte Sião, Lourenço Guireli Júnior, ocorrido na semana passada, na querida Monte Sião, no Sul de Minas. Era conhecido como "Lola". Era, também, uma das grandes reservas do Município, por sua cultura, integridade e, principalmente, por seu amor à terra. Ele edificou, construiu, no seio da família monte-sionense, por meio da sua honradez, da sua dignidade, um exemplo de trabalho, como Prefeito, como professor, como historiador, como pai, como marido e como cidadão monte-sionense. Seu desaparecimento, para Monte Sião, para o Sul de Minas e para Minas, sem dúvida alguma, foi uma grande perda, por tudo que representou para Monte Sião, em seu contexto político, educacional e social.

Quero, ainda, consternado, registrar a perda do Prof. Canísio Lunkes, Reitor da Universidade de Lavras. Devo dizer neste momento que tive o prazer de, por longo tempo, conhecer o Prof. Canísio, educador por excelência, homem voltado às letras. Por sua maneira dedicada e virtuosa, de excepcional estirpe, edificou, na sua cidade de Lavras, por meio de seus conhecimentos pedagógicos, um grande rol de amigos. Com sua dedicação, conseguiu elevar o Centro Universitário para a nossa universidade, que hoje atende a milhares de jovens mineiros e brasileiros.

O Prof. Canísio era membro também do Conselho Estadual de Educação. Nas ocasiões em que estive aqui debatendo a Proposta de Emenda à Constituição nº 68/2001, pôde demonstrar o seu interesse pela educação superior de Minas e do Brasil. Faço esse registro pelo que representou a perda do Reitor da Universidade de Lavras.

Sr. Presidente, rapidamente, gostaria de manifestar ao Plenário que instalamos, tendo em vista o deferimento da Mesa, a comissão especial

que cuidará das estâncias hidrominerais do Estado de Minas Gerais.

Estamos discutindo essa matéria há algum tempo, com a presença de vários Prefeitos, Câmaras Municipais, ONGs. Entendemos a necessidade de a Assembléia Legislativa ter uma comissão especial somente para avaliar a triste notícia veiculada pela imprensa e pelos próprios Municípios do Sul de Minas sobre o estado das nossas estâncias, com a falência da rede hoteleira e dos nossos Municípios, que se encontram sem condições mínimas de sobrevivência. Refiro-me a quatro cidades que estão no foco dessa discussão: São Lourenço, Caxambu, Lambari e Cambuquira. Amanhã teremos o início da discussão, com a presença de autoridades governamentais. Sendo autor desta proposta de comissão especial, teremos também a relatoria dessa importante comissão, que será presidida pelo Deputado Dilzon Melo. Iremos discutir a destinação de recursos que darão sobrevivência às nossas estâncias.

Outro assunto que me traz a esta tribuna é a situação das cidades que ainda não estão servidas pela telefonia celular. Temos debatido muito nesta Casa, estivemos inúmeras vezes em várias concessionárias, mas ainda não temos nenhuma previsão. Sabemos que hoje o brasileiro, o mineiro, o cidadão tem pressa de desenvolvimento. Estamos cobrando das concessionárias a maior brevidade possível na instalação da telefonia celular nessas cidades.

Sr. Presidente, no dia 14 de junho teremos a presença do Secretário Brumer em Poços de Caldas e Andradas, quando discutiremos ações positivas para o recebimento do gás natural. Andradas, uma das melhores cidades do Sul de Minas e deste Estado, por seu desenvolvimento e progresso, há muito tempo vem almejando a instalação do gás comprimido e do gás natural. No próximo dia 14 teremos o prazer de recepcionar o Secretário Brumer e toda a equipe da Gasmig em Andradas, com a Prefeita Margot Pioli, o Presidente da Câmara, a Associação Comercial, o representante do Grupo Icasa, Sr. Amadeu Tonon, juntamente com o Deputado Federal Geraldo Tadeu, daquela região, quando haveremos, com certeza, de entregar à população ações concretas que viabilizarão, de imediato, o gás natural que virá do Município de Paulínia, SP.

Quero ainda, Sr. Presidente, manifestar que ainda na noite de hoje teremos, no auditório desta Casa, um encontro do Conselho Regional de Ótica e Optometria de Minas Gerais, em que será realizada importante palestra do Dr. Pedro Silveira Gonçalves Dias, que discutirá vários assuntos importantes para a medicina de Minas Gerais.

Sr. Presidente, manifesto alegria e satisfação pelo registro desses importantes assuntos e pela oportunidade de trazê-los ao conhecimento de todos os companheiros.

Agradeço a V. Exa. e desejo a todos que o Brasil brevemente caminhe para o resgate da verdadeira democracia. Muito obrigado.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 24/5/05, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado João Bittar

exonerando Antônio Auridice de Araújo Guerra do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15, 4 horas;

exonerando Iveli Menezes do cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão AL-31, 8 horas;

exonerando Leonilda Tavares Gama do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas;

exonerando Marcelo da Silva Vasconcelos do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15, 4 horas;

nomeando Antônio Auridice de Araújo Guerra para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Iveli Menezes para o cargo de Assistente de Gabinete, padrão AL-23, 8 horas;

nomeando Leonilda Tavares Gama para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 8 horas;

nomeando Marcelo da Silva Vasconcelos para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Milton Theodoro de Oliveira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

Gabinete do Deputado Leonardo Moreira

exonerando Ana Cláudia Rodrigues Batista do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15, 8 horas;

exonerando João Batista Toledo Costa do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

exonerando Lucineia Carvalho da Rocha do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 4 horas;

nomeando Ana Cláudia Rodrigues Batista para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 8 horas;

nomeando Celio Gomes da Silva para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão AL-12, 8 horas;

nomeando João Batista Toledo Costa para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão AL-12, 8 horas;

nomeando Lucineia Carvalho da Rocha para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Vitor Donizette da Silva para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão AL-11, 4 horas.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando Juarez José da Silva do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas, com exercício no Gabinete da 1ª Secretaria;

exonerando Pedro Autran da Matta e Albuquerque do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas, com exercício no Gabinete da 1ª Secretaria;

nomeando Pedro Autran da Matta e Albuquerque para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas, com exercício no Gabinete da 1ª Secretaria;

nomeando Wesley De Santi de Melo para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas, com exercício no Gabinete da 1ª Secretaria.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 36/2005

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2005

Objeto: aquisição de 15 geladeiras tipo frigobar.

Licitante vencedor: Reifasa Comercial Ltda.

Belo Horizonte, 13 de junho de 2005.

Eduardo de Mattos Fiuza, Pregoeiro.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 3/2005

Objeto: contratação, pelo período de 12 meses, para a cessão do uso dos cartões BHBUS de vales-transporte e a prestação de serviços relativos ao atendimento dos pedidos de vales-transporte eletrônicos feitos por telefone e carregados por meio do mecanismo de carga a bordo.

Em 9/6/2005, os Srs. Presidente e 1º-Secretário ratificaram, nos termos do art. 26, "caput", da Lei nº 8.666, de 1993, a inexigibilidade de licitação nº 3/2005, adotada com base no art. 25, I, da mesma lei, bem como autorizaram a despesa em favor da empresa Consórcio Operacional do Sistema de Bilhetagem Eletrônica SBE/BH.